TENTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

BR 285, KM 461,5, SALA A, FUNDOS – IJUÍ/RS

CNPJ: 41.498.340/0001-71

Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2026

Demonstrativos compreendidos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas.

Demonstrações divulgadas no site: https://www.tentoscap.com.brem 28/08/2026

A Diretoria da TentosCap declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

LUIZ PEDRO UTZIG DUMONCEL:03958761097

Assinado de forma digital por LUIZ PEDRO UTZIG DUMONCEL:03958761097
Dados: 2026.08.28 18:01:09 -03'00'

Luiz Pedro Utzig Dumoncel

Diretor Executivo

FERNANDA BEREZOVSKY:40997559837

Assinado de forma digital por FERNANDA BEREZOVSKY:40997559837
Dados: 2026.08.28 17:48:40 -03'00'

Fernanda Berezovsky

Diretora de Compliance e Riscos

conadec contabilidade
contabilidade@conadec.com.br
(48) 3204-8100

Assinado de forma digital por 7bbd9aaa-e1b7-4157-a7e5-15399e99eb8a
Dados: 2026.08.28 11:28:39 -03'00'

Paulo Eduardo Pereira

CRC 030018/O-3

tentoscap

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2026

Com relatório dos auditores independentes



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("TentosCap"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas na Lei nº 6.404/76, apresenta as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

DESTAQUES COMERCIAIS, OPERACIONAIS E FINANCEIROS

O primeiro semestre de 2026 marcou um período relevante para a TentosCap, diante de um cenário caracterizado por desafios e transformações no ambiente econômico e de negócios. As condições climáticas, as oscilações nos preços das commodities, o comportamento do mercado externo e as incertezas decorrentes do cenário geopolítico global reforçaram a importância de uma atuação financeira cada vez mais estruturada, resiliente e alinhada às necessidades do agronegócio brasileiro.

Nesse contexto, a TentosCap manteve seu compromisso de contribuir para o desenvolvimento do setor aprimorando a oferta de soluções financeiras, fortalecendo sua posição como parceira estratégica do produtor rural e apoiando a evolução sustentável de suas atividades. Além de expandir sua atuação comercial, a instituição alcançou avanços significativos no fortalecimento de suas estruturas internas, na ampliação de seu portfólio de produtos e no amadurecimento de seus processos de governança, gestão de riscos e eficiência operacional.

Alinhado a sua estratégia de crescimento sustentável e sob princípios de disciplina regulatória e solidez patrimonial, reforçou sua estrutura de capital durante o semestre, integralizando o capital social o valor de R$ 6 milhões no primeiro semestre atingindo a soma de R$ 81 milhões como também programou a integralização de R$ 3 milhões adicionais até dezembro de 2026. Esse reforço patrimonial amplia a capacidade de originação de crédito, fortalece a estrutura para absorção de riscos e proporciona maior suporte ao desenvolvimento de novos negócios, favorecendo a expansão do crédito de forma sustentável.

Esse movimento foi acompanhado pela melhoria da estrutura de governança, especialmente através da concentração e melhoria dos esforços dedicados à Riscos e Compliance, destacado pela contratação de uma executiva para o exercício das atividades, contribuindo para o aprimoramento dos processos de controle, gestão de riscos e conformidade. A nova estrutura reforça o compromisso da instituição com as melhores práticas de governança e com o pleno atendimento às normas e procedimentos regulatórios aplicáveis.

Ao longo do semestre, a TentosCap ampliou a oferta de linhas de crédito para custeio agrícola e pecuário aos produtores rurais através de recursos provenientes da exigibilidade regulatória sobre depósitos a vista, mantendo o seu compromisso em manter o foco no financiamento da atividade produtiva e disponibilização de recursos para o ciclo do agronegócio.

Além dessas linhas, a instituição manteve a oferta de soluções voltadas às necessidades de capital e liquidez dos seus clientes, com destaque para as operações de Capital de Giro e o Cartão de

Crédito Prazo Safra, proporcionando maior flexibilidade financeira ao produtor rural ao longo de seu ciclo produtivo.

Entre os principais marcos do semestre, destaca-se ainda o lançamento da Conta de Pagamento, uma solução digital. A iniciativa representa um avanço importante no relacionamento e fidelização dos seus clientes, proporcionando maior praticidade, agilidade e autonomia na realização de suas operações financeiras. A nova solução integra em um único ambiente digital, funcionalidades como movimentação de recursos, utilização de cartões, acompanhamento e controle financeiro, além do suporte especializado oferecido pela instituição.

Dessa forma, a TentosCap amplia sua capacidade de estar presente nas diferentes etapas da jornada financeira de seus clientes, combinando tecnologia, conveniência e atendimento especializado.

O avanço dos resultados financeiros no semestre reflete a execução disciplinada da nossa estratégia. O crescimento foi sustentado pela expansão seletiva do crédito, pelo aprofundamento do relacionamento com a base ativa de nosso ecossistema e pela escala de soluções. Os marcos atingidos consolidam as bases operacionais e financeiras para a continuidade da nossa trajetória de crescimento.

As receitas da intermediação financeira alcançaram R$ 57,8 milhões em 06/2026, representando um avanço de 102,8% em relação ao mesmo período do exercício anterior, impulsionadas pela expansão da carteira de crédito e pela diversificação dos produtos ofertados. No mesmo período, as despesas da intermediação financeira apresentaram elevação de 88,2%, refletindo tanto o aumento das captações necessárias para suportar o crescimento quanto o ambiente de juros elevados ao longo do período.

O saldo total de ativos aumentou 45,5% em relação a junho de 2025, impulsionado principalmente pela evolução da carteira de crédito, que atingiu R$ 429,2 milhões. O passivo alinhado a esse movimento, manteve sua estrutura de captações via Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), que apresentam menor custo e se alinham às operações de crédito para o agronegócio, como também utilizou emissões de Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) e Bancários (CDB) para equalização do fluxo de caixa, mantendo uma diversificação adequada da estrutura de funding. Nesse cenário, a TentosCap encerra o primeiro semestre de 2026 mantendo a robustez de sua estrutura nos quesitos capital, governança e eficiência operacional, seguindo alinhada ao seu projeto de crescimento.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A TentosCap, ao longo de 2026, avançou na consolidação de sua estratégia de crescimento, ampliando seu portfólio de soluções financeiras e fortalecendo suas estruturas internas. Essa evolução reforça sua proposta de valor ao produtor rural e sua atuação como parceira financeira e estratégica do agronegócio brasileiro.

Em sinergia com o ecossistema do Grupo 3tentos, a TentosCap segue focada em ampliar oportunidades, expandir sua atuação e desenvolver soluções cada vez mais completas,

fortalecendo o relacionamento com seus clientes e gerando resultados sustentáveis de longo prazo. A Administração reafirma sua confiança na capacidade da instituição de sustentar essa trajetória com solidez, disciplina e integração, transformando crescimento em resultados consistentes

Ijuí/RS, 28 de agosto de 2026.

ALLIANSSA
AUDITORES ASSOCIADOS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da **TENTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO – TENTOSCAP.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento - Tentos Cap**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento - Tentos Cap, em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Financeira.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2026, o saldo bruto de operações de crédito é de R$ 424.452 (quatrocentos e vinte e quatro milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), para o qual foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R$ 16.101 (dezesseis milhões cento e um mil reais), sendo que durante o período foram reconhecidas receitas com operações de crédito no montante de R$ 46.924 (quarenta e seis milhões novecentos e vinte e quatro mil reais). A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução nº 352/23 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) Do julgamento da Administração quanto à aplicação dos critérios estabelecidos nos modelos internos de avaliação de risco de crédito, utilizados para a

mensuração da perda esperada e definição do nível de provisão mínima, considerando as características das operações, do tomador de crédito ou do grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) Aplicação dos critérios de avaliação de risco de crédito, com base em informações quantitativas e qualitativas disponíveis, por operação, tomador de crédito ou grupo econômico, conforme diretrizes dos modelos internos utilizados para a mensuração da perda esperada; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 90 dias.

Nossos testes do desenho e da operação dos controles forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria, os quais foram realizados sobre uma amostra de operações de crédito onde efetuamos (i) a análise da documentação que consubstancia a avaliação qualitativa da Financeira na determinação do risco de crédito para os itens selecionados, (ii) o recálculo do saldo devedor em aberto e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos critérios de avaliação de risco de crédito e (iii) a confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados.

Adicionalmente, procedemos testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base nos critérios de avaliação de risco adotados nos modelos internos da Financeira, bem como avaliamos os critérios prudenciais estabelecidos pela Administração para constituição de provisão de perda esperada adicional à mínima requerida, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do CMN.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso pela administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Erechim - RS, 28 de agosto de 2026.

CLAUDIONOR JOSE MORES:32582757004

Assinado de forma digital por CLAUDIONOR JOSE MORES:32582757004
Dados: 2026.08.28 18:09:01 -03'00'

Allianssa Auditores Associados S.S. Ltda.
CRC RS 004627/O / CVM BCB 11.134
Claudionor José Mores
CRC RS 040253/O

BALANÇO PATRIMONIAL

30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Ativo			
Disponibilidades	**4**	**10.340**	**1.703**
Títulos e valores mobiliários	**5**	**41.981**	**16.889**
Instrumentos financeiros	**12**	**1.306**	**-**
Operações de crédito	**6**	**413.106**	**462.394**
Operações de crédito		429.207	472.922
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(16.101)	(10.528)
Ativos não financeiros mantidos para venda	**7**	**882**	**882**
Outros Ativos		**3.806**	**582**
Partes relacionadas	**14**	**73**	**294**
Impostos diferidos	**17**	**4.428**	**3.158**
Imobilizado	**8**	**301**	**374**
Intangível	**9**	**1.670**	**1.607**
Direito de uso em arrendamentos	**10**	**71**	**283**
Total ativo		**477.964**	**488.166**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Passivo			
Depósitos	**11**	**366.822**	**392.921**
Depósitos a prazo		275.169	392.921
Depósitos interfinanceiros		91.653	-
Instrumentos financeiros	**12**	**-**	**608**
Outros passivos	**13**	**5.083**	**4.506**
Obrigações fiscais		2.601	2.120
Obrigações sociais e trabalhistas		1.315	2.163
Outros passivos		1.167	223
Partes relacionadas	**14**	**19.801**	**11.034**
Direito de uso em arrendamentos	**10**	**67**	**276**
Total passivo		**391.773**	**409.345**
Patrimônio líquido	**15**		
Capital social		81.000	75.000
Reservas de lucros		5.191	3.821
Total patrimônio líquido		**86.191**	**78.821**
Total passivo e patrimônio líquido		**477.964**	**488.166**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

30 de junho de 2026 e 2025
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Receita da Intermediação financeira		**57.884**	**28.468**
Receita operações de crédito	**6.8**	46.924	24.391
Receita de prestação de serviços	**16**	3.304	747
Resultado com operações títulos e valores mobiliários		2.844	3.330
Resultado com Instrumentos Financeiros		4.812	-
Despesas da intermediação financeira		**(27.288)**	**(14.502)**
Operações de captação no mercado		(27.288)	(14.502)
Resultado bruto da intermediação financeira		**30.596**	**13.966**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(5.573)	(1.851)
Outras receitas (despesas) operacionais	**16**	**(17.931)**	**(13.407)**
Despesas administrativas		(11.539)	(10.134)
Despesas com pessoal		(3.557)	(2.169)
Despesas tributárias		(2.319)	(772)
Outras receitas (despesas) operacionais		(516)	(332)
Resultado operacional		**7.092**	**(1.292)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**7.092**	**(1.292)**
Imposto de renda e contribuição social	**17**	(3.992)	-
Diferido	**17**	1.270	483
Lucro (prejuízo) líquido do período		**4.370**	**(809)**
Lucro (prejuízo) líquido por ação		0,05395	(0,01618)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

30 de junho de 2026 e 2025
(valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro (prejuízo) líquido do período	**4.370**	**(809)**
Ajuste implementação da resolução CMN nº 4.966	-	595
Total dos resultados abrangentes	**4.370**	**(214)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

30 de junho de 2026 e 2025

(valores expressos em milhares de reais)

		Reservas de lucros					
	Capital Social	**Reserva Legal**	**Reserva de lucros**	**Reservas Especiais de Lucros**	**Lucros (prejuízos) Acumulados**	**Outros resultados abrangentes**	**Total**
Saldo em 01/01/2025	**50.000**	**20**	**521**	**97**	**-**	**-**	**50.638**
Implementação da resolução CMN nº 4.966	-	-	-	-	-	595	595
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	-	(809)	-	(809)
Constituição de reservas	-	-	-	-	595	(595)	-
Saldo em 30/06/2025	**50.000**	**20**	**521**	**97**	**(214)**	**-**	**50.424**
Integralização de Capital	25.000	-	-	-	-	-	25.000
Lucro líquido do período	-	-	-	-	3.397	-	3.397
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	615	(615)	-	-
Constituição de reservas	-	129	2.439	-	(2.568)	-	-
Saldo em 31/12/2025	**75.000**	**149**	**2.960**	**712**	**-**	**-**	**78.821**
Integralização de Capital	6.000	-	(2.960)	(40)	-	-	3.000
Lucro líquido do período	-	-	-	-	4.370	-	4.370
Constituição de reservas	-	-	4.370	-	(4.370)	-	-
Saldo em 30/06/2026	**81.000**	**149**	**4.370**	**672**	**-**	**-**	**86.191**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

30 de junho de 2026 e 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período antes dos impostos	7.092	(1.292)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado nas atividades operacionais		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.573	1.851
Amortização direito de uso em arrendamento	212	206
Variação cambial	3.019	-
Implementação da resolução CMN nº 4.966	-	595
Ajuste a valor presente de passivo de arrendamento	19	13
Ajustes por depreciação de ativos	73	72
Ajustes por amortização de intangível	211	139
Despesas de captações	26.110	14.120
(Aumento) Redução em ativos operacionais		
Operações de crédito	40.696	(19.368)
Instrumentos financeiros	(1.306)	-
Outros ativos	(3.224)	(377)
Partes relacionadas	221	30
Aumento (Redução) em passivos operacionais		
Instrumentos financeiros	(608)	-
Obrigações fiscais	(1.582)	(1.004)
Obrigações sociais e trabalhistas	(848)	(317)
Outros passivos	944	68
Partes relacionadas	8.767	8.117
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.929)	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais:	**83.440**	**2.853**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativos intangíveis	(274)	(383)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento:	**(274)**	**(383)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	3.000	-
Captações no mercado	314.736	241.700
Resgates do período	(366.945)	(167.210)
Pagamento de arrendamentos	(228)	(216)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento:	**(49.437)**	**74.274**
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**33.729**	**76.744**
Modificação na posição financeira		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	18.592	13.989
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	52.321	90.733
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**33.729**	**76.744**
Imposto de renda e contribuição social provisionados	**2.063**	**-**

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

Em 26 de janeiro de 2021, por meio de Assembleia Geral, foi constituída a Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("TentosCap" ou "Financeira"). A instituição teve seu funcionamento aprovado pelo Banco Central do Brasil em 16 de junho de 2021, conforme publicação no Diário Oficial da União. Em setembro de 2023, a TentosCap alterou seu enquadramento junto ao Banco Central, passando a integrar o segmento S4.

A TentosCap tem como natureza de negócio a oferta de operações de crédito mediante aplicação de recursos próprios. No primeiro semestre de 2026, suas atividades operacionais permaneceram concentradas na oferta dos produtos Cédula de Produtor Rural, Capital de Giro, Antecipação de Recebíveis e Empréstimo Pessoal, incluindo operações em dólar atreladas à variação cambial, já consolidadas na esteira de produtos da Instituição.

Em uma avaliação retrospectiva, observa-se o avanço progressivo da instituição, impulsionado pelo fortalecimento de sua posição de mercado, ampliação de sua estrutura operacional e de capital, bem como pelo investimento contínuo em sua estrutura interna, com fortalecimento de sistemas e governança. Nesse período, a TentosCap registrou crescimento em suas receitas e em seu lucro, reflexo do direcionamento estratégico adotado para consolidar sua atuação no mercado.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da TentosCap foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). O Banco Central através da Resolução CMN nº 4.818/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e através da Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir de 01/01/2021.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são: provisões de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para passivos cíveis e tributários, valor justo dos instrumentos financeiros, impostos diferidos e vida útil do ativo imobilizado e intangível.

3. Principais critérios contábeis adotados

A instituições adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições de Segmento S4. Esta norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

a) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – "Teste SPPJ").

Para determinar o modelo de negócios, a TentosCap avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao "Valor justo por meio do resultado".

Os ativos financeiros da TentosCap são classificados nas seguintes categorias:

- Custo amortização (CA): quando os fluxos de caixa contratuais possuem características de "somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal" e o objetivo do modelo de negócios é coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os fluxos de caixa contratuais possuem característica de "somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal" e o objetivo do modelo de negócios é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios.

- Valor justo por meio de resultado (JVR): ativos que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. Estão relacionados, de forma geral, aos ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais não possuem características de "somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal" ou quando o modelo de negócios possui o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

A carteira da financeira está distribuída da seguinte forma:

	30/06/2026	31/12/2025
Custo amortizado	403.737	423.765
Valor justo por meio de resultado	23.401	44.063
Total da carteira de crédito	**427.138**	**467.828**

b) Instrumentos financeiros derivativos

A TentosCap utiliza instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para proteção contra a variação cambial de suas posições ativas, não realizando operações com fins especulativos.

Sua atuação no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*. Os instrumentos financeiros derivativos são registrados pelo valor justo, apurado por meio de metodologias de marcação a mercado, e as variações decorrentes desses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

c) Método de taxa efetiva de juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo inclui os custos de transação identificados como elegíveis pela TentosCap (tarifas cobradas dos clientes relacionado a originação das operações de crédito).

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

d) Reconhecimento de receita e cessão do reconhecimento de juros (stop acrrual)

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimadas descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

Em conformidade com as práticas regulatórios e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencidos.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

e) Provisão para perdas esperadas

A TentosCap realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para as operações de crédito. A Financeira integra o segmento prudencial "S4", dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada. Os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB nº 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações. Para fins de enquadramento em carteiras, os produtos em que a TentosCap operação são enquadradas nas carteiras (C1 a C5).

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pela Financeira para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito:

- **Ativos financeiros não problemáticos**: refere-se aos ativos não caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito.
  O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no anexo 2 da Resolução BCB nº 352/23.
- **Ativos financeiros inadimplidos**: trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal e juros.
  O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinados no anexo 1 do Resolução BCB nº 352/23.
- **Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos**: refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos).
  O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no artigo 78 da Resolução BCB nº 352/23.

f) Receitas e despesas

As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

g) Disponibilidades

Conforme normas vigentes do CMN inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

h) Títulos e valores mobiliários

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) anual.

A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente, à alíquota de 15% até março de 2026 e de 17,5% a partir de abril de 2026.

j) Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

k) Partes Relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância com as orientações da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, que determinam a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

l) Utilização de Estimativas

Para a preparação das demonstrações financeiras ao viés das técnicas contábeis, demanda que a Administração faça uma previsão quanto ao valor de itens que considera as melhores evidências disponíveis e determine valores estimados e suposições que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Assim, os resultados efetivos poderão ser díspares de tais estimativas.

m) Reforma tributária sobre o consumo

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que integra a regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e institui a Reforma Tributária sobre o Consumo. A norma criou o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), promovendo mudanças relevantes na tributação do consumo de bens e serviços no país.

Posteriormente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e estabelece regras para a administração, arrecadação, fiscalização e distribuição da receita do imposto. A lei também definiu as alíquotas aplicáveis ao IBS/CBS para serviços financeiros no período de transição entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%, bem como a redução progressiva das alíquotas atualmente incidentes sobre serviços sujeitos ao ISS.

A Administração permanece acompanhando a evolução da regulamentação, bom como aguarda a publicação das normas e regras gerais complementares pela Receita Federal e Comitê Gestor do IBS, as quais serão necessárias para a plena implementação do novo modelo tributário. Até o momento não é possível mensurar, de forma precisa, os impactos decorrentes dessas mudanças.

4. Disponibilidades

Os valores em disponibilidades estão concentrados em contas correntes de Bancos Comerciais.

	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos bancários	8.942	674
Aplicações de liquidez imediata	1.398	1.029
Disponibilidades	**10.340**	**1.703**

5. Títulos e valores mobiliários

Os valores de títulos e valores mobiliários estão aplicados em Cotas de Fundos de Investimentos.

	30/06/2026	31/12/2025
Cotas de fundos de investimentos	41.981	16.889
Títulos e valores mobiliários	**41.981**	**16.889**

6. Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente por carteira, vencimento, ramo da atividade e sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de acordo com a Resolução BCB nº 352/23, conforme segue:

6.1 Segregação das operações de crédito entre curto e longo prazo

	30/06/2026			31/12/2025		
	Curto prazo	**Longo Prazo**	**Total**	**Curto prazo**	**Longo Prazo**	**Total**
Cédula de produtor rural	330.926	39.683	**370.609**	382.306	40.912	**423.218**
Financiamento rurais	28.205	-	**28.205**	19.860	-	**19.860**
Capital de giro	24.622	27	**24.649**	10.942	12.696	**23.638**
Crédito pessoal consignado*	6	-	**6**	80	-	**80**
Crédito pessoal	928	55	**983**	917	115	**1.032**
Total da carteira de crédito	**384.687**	**39.765**	**424.452**	**414.105**	**53.723**	**467.828**
Comissões a diferir**	4.032	723	**4.755**	4.573	521	**5.094**
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(15.441)	(660)	**(16.101)**	(9.666)	(862)	**(10.528)**
Operações de crédito	**373.278**	**39.828**	**413.106**	**409.012**	**53.382**	**462.394**

(*) A TentosCap possuía operações de Crédito Pessoal Consignado junto a funcionários da Três Tentos Agroindustrial S.A. (Controladora Indireta), no montante de R$ 73 (setenta e três mil) em 31 de dezembro de 2025.

(**) As comissões a diferir referem-se às comissões relativas à originação de novas operações, intermediadas pela Três Tentos Agroindustrial S.A. e pela Tentos Promotora de Vendas, que atuam como correspondentes bancárias da TentosCap. Tais comissões são apropriadas ao resultado ao longo da vida útil dos contratos que lhes deram origem, em conformidade com o disposto na Resolução BCB nº 352/23.

6.2 Classificação por tipo de operação e prazo de vencimento

	A Vencer					30/06/2026
	Vencidas	**em até 3 meses**	**de 3 a 12 meses**	**de 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Cédula de produtor rural	84.143	61.363	185.420	28.161	11.522	**370.609**
Financiamento rurais	-	656	27.549	-	-	**28.205**
Capital de giro	37	2.650	21.935	27	-	**24.649**
Crédito pessoal consignado	6	-	-	-	-	**6**
Crédito pessoal	207	444	277	55	-	**983**
Total da carteira de crédito	**84.393**	**65.113**	**235.181**	**28.243**	**11.522**	**424.452**
Comissões a diferir	-	1386	2646	476	247	**4.755**
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(10.509)	(1.018)	(3.914)	(482)	(178)	**(16.101)**
Operações de crédito	**73.884**	**65.481**	**233.913**	**28.237**	**11.591**	**413.106**
% de operações por vencimento	**17%**	**16%**	**57%**	**7%**	**3%**	**100%**

	A Vencer					31/12/2025
	Vencidas	**em até 3 meses**	**de 3 a 12 meses**	**de 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Cédula de produtor rural	16.560	41.685	324.061	40.149	763	**423.218**
Financiamento rurais	-	10.650	9.210	-	-	**19.860**
Capital de giro	-	1.681	9.261	12.696	-	**23.638**
Crédito pessoal consignado	2	69	9	-	-	**80**
Crédito pessoal	39	346	532	115	-	**1.032**
Total da carteira de crédito	**16.601**	**54.431**	**343.073**	**52.960**	**763**	**467.828**
Comissões a diferir	-	2.503	2.070	486	35	**5.094**
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.711)	(816)	(5.139)	(851)	(11)	**(10.528)**
Operações de crédito	**12.890**	**56.118**	**340.004**	**52.595**	**787**	**462.394**
% de operações por vencimento	**3%**	**12%**	**74%**	**11%**	**0%**	**100%**

6.3 Distribuição da carteira de crédito por setor de atividade e concentração por clientes

	30/06/2026		31/12/2025	
	Saldo	**%**	**Saldo**	**%**
Pessoas físicas	360.941	85%	399.447	85%
Pessoas jurídicas	63.511	15%	68.381	15%
Setor privado	**424.452**	**100%**	**467.828**	**100%**

	30/06/2026		31/12/2025	
	Saldo	**%**	**Saldo**	**%**
Maior cliente	14.762	3%	10.969	2%
10 seguintes maiores clientes	91.982	22%	73.047	16%
20 seguintes maiores clientes	85.062	20%	74.640	16%
50 seguintes maiores clientes	94.953	22%	96.917	21%
100 seguintes maiores clientes	80.481	19%	99.463	21%
Demais clientes	57.212	14%	112.792	24%
Total da carteira de crédito	**424.452**	**100%**	**467.828**	**100%**

6.4 Composição das operações por carteira, situação e faixa de atraso

A carteira de operações de crédito é avaliada conforme os critérios definidos na Resolução BCB nº 352/23, da seguinte forma:

Carteira C1

Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis e créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos e entidades multilaterais de desenvolvimento.

Carteira C2

Créditos de arrendamentos mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis por alienação fiduciária de bens móveis, créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança, créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada das instituições, nos termos da Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020.

Carteira C3

Créditos decorrentes de operações de desconto de direito creditórios, inclusive recebíveis comercias adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoas não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesmas pessoas seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis, créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios e créditos

com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput.

Carteira C4

Créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais e operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos.

Carteira C5

Operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e crédito no modalidade rotativo sem garantias ou colaterais, créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e créditos decorrente de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput.

						30/06/2026	
	C1	**C2**	**C3**	**C4**	**C5**	**Total saldo contábil bruto**	**% sobre o total**
Ativos não problemáticos	**171.918**	**172.745**	**41.567**	**1.596**	**15.227**	**403.053**	**94,96%**
Sem atraso	140.663	135.180	40.491	789	14.090	331.213	78,03%
De 1 a 30 dias de atraso	31.255	33.918	1.076	343	1.068	67.660	15,94%
De 31 a 60 dias de atraso	-	3.226	-	464	69	3.759	0,89%
De 61 a 90 dias de atraso	-	421	-	-	-	421	0,10%
Ativos problemáticos não inadimplidos	**3.905**	**324**	**2.573**	**33**	**346**	**7.181**	**1,69%**
Sem atraso	-	173	-	-	50	223	0,05%
De 1 a 30 dias de atraso	3.905	112	2.573	-	296	6.886	1,62%
De 31 a 60 dias de atraso	-	39	-	33	-	72	0,02%
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	-	-	-	-	0,00%
Ativos problemáticos inadimplidos	**6.575**	**6.209**	**877**	**416**	**141**	**14.218**	**3,35%**
De 90 a 180 dias	4.436	1.652	20	163	116	6.387	1,50%
De 181 a 240 dias	-	1.462	472	1	24	1.959	0,46%
De 241 a 300 dias	-	-	-	11	-	11	0,00%
Acima de 300 dias	2.139	3.095	385	241	1	5.861	1,38%
Total Geral	**182.398**	**179.278**	**45.017**	**2.045**	**15.714**	**424.452**	**100%**

						31/12/2025	
	C1	C2	C3	C4	C5	Total saldo contábil bruto	% sobre o total
Ativos não problemáticos	**165.579**	**231.306**	**51.543**	**5.772**	**7.120**	**461.320**	**98,61%**
Sem atraso	156.555	227.435	50.157	5.691	7.054	446.892	95,52%
De 1 a 30 dias de atraso	1.740	-	896	-	18	2.654	0,57%
De 31 a 60 dias de atraso	3.045	3.871	477	81	48	7.522	1,61%
De 61 a 90 dias de atraso	4.239	-	13	-	-	4.252	0,91%
Ativos problemáticos não inadimplidos	**-**	**-**	**-**	**5**	**71**	**76**	**0,02%**
Sem atraso	-	-	-	-	33	33	0,01%
De 1 a 30 dias de atraso	-	-	-	-	2	2	0,00%
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	-	-	36	36	0,01%
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	-	5	-	5	0,00%
Ativos problemáticos inadimplidos	**2.271**	**3.517**	**396**	**247**	**1**	**6.432**	**1,37%**
De 90 a 180 dias	-	-	19	6	-	25	0,01%
De 181 a 240 dias	541	3.097	-	198	-	3.836	0,82%
De 241 a 300 dias	1.261	-	102	-	-	1.363	0,28%
Acima de 300 dias	469	420	275	43	1	1.208	0,26%
Total da carteira de crédito	**167.850**	**234.823**	**51.939**	**6.024**	**7.192**	**467.828**	**100%**

6.5 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

						30/06/2026
	C1	C2	C3	C4	C5	Total
Ativos não problemáticos	171.918	172.745	41.567	1.596	15.227	403.053
Ativos problemáticos não inadimplidos	3.905	324	2.573	33	346	7.181
Ativos problemáticos inadimplidos	6.575	6.209	877	416	141	14.218
Total carteira	**182.398**	**179.278**	**45.017**	**2.045**	**15.714**	**424.452**
Perda esperada	(3.773)	(3.667)	(2.087)	(117)	(550)	(10.194)
Perda incorridas	(1.618)	(3.282)	(664)	(265)	(78)	(5.907)
Total perdas	**(5.391)**	**(6.949)**	**(2.751)**	**(382)**	**(628)**	**(16.101)**
Total operações de crédito	**177.007**	**172.329**	**42.266**	**1.663**	**15.086**	**408.351**

						31/12/2025
	C1	C2	C3	C4	C5	Total
Ativos não problemáticos	165.579	231.306	51.543	5.772	7.120	461.320
Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	5	71	76
Ativos problemáticos inadimplidos	2.271	3.517	396	247	1	6.432
Total carteira	**167.850**	**234.823**	**51.939**	**6.024**	**7.192**	**467.828**
Perda esperada	(2.701)	(3.558)	(1.071)	(132)	(179)	(7.641)
Perda incorridas	(717)	(1.677)	(343)	(149)	(1)	(2.887)
Total perdas	**(3.418)**	**(5.235)**	**(1.414)**	**(281)**	**(180)**	**(10.528)**
Total operações de crédito	**164.432**	**229.588**	**50.525**	**5.743**	**7.012**	**457.300**

6.6 Movimentação das operações de crédito

As operações de crédito apresentaram a seguinte movimentação no período:

	2026	2025
Saldo inicial em 1º de janeiro	**472.922**	**219.641**
Créditos liberados	252.318	537.362
Créditos recebidos	(345.909)	(358.858)
Apropriação de rendas	52.862	68.477
Receitas e custos de transação a diferir	6.031	7.593
Receitas e custos de transação diferidos	(5.998)	(2.499)
Variação cambial da carteira de crédito	(3.019)	1.206
Saldo final	**429.207**	**472.922**

6.7 Movimentação da provisão por perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão constituída para perdas esperadas associadas ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação no período:

	2026	2025
Saldo inicial em 1º de janeiro	**(10.528)**	**(4.606)**
Constituição de provisão para perdas esperadas	(15.348)	(20.116)
Reversão de provisão para perdas esperadas	9.775	13.599
Impacto implementação resolução CMN nº 4.966/21	-	595
Saldo final	**(16.101)**	**(10.528)**

6.8 Composição das receitas de operações de crédito

	30/06/2026	%	30/06/2025	%
Cédula de produtor rural	44.832	95,5%	24.010	98,4%
Financiamentos rurais	1.940	4,1%	216	0,9%
Empréstimos e direitos creditórios descontados	3.171	6,8%	165	0,7%
Variação cambial da carteira de crédito	(3.019)	-6,4%	-	0,0%
Receitas de operações de crédito	**46.924**	**100,0%**	**24.391**	**100,0%**

6.9 Movimentação das operações renegociadas

As operações de crédito renegociadas apresentaram a seguinte movimentação no período:

	2026	2025
Operações normais	414.576	456.398
Operações renegociadas	9.876	11.430
Saldo final normais	**424.452**	**467.828**

	2026	2025
Saldo inicial	**11.430**	**7.240**
Renegociações	3.253	8.322
Rendas apropriadas	951	1.249
Liquidações	(5.757)	(5.381)
Saldo final	**9.877**	**11.430**

7. Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, refere-se a bens recebidos como liquidação total ou parcial de operações de créditos. Os saldos são compostos da seguinte forma:

	30/06/2026	31/12/2025
Máquinas e implementos agrícolas	882	882
Ativos não financeiros mantidos para venda	**882**	**882**

8. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Não foram evidenciadas perdas no período, desta forma não se aplica a redução ao valor recuperável (*Impairment*). A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base na vida útil. O ativo imobilizado apresentou a seguinte movimentação:

	Veículos	Total
Custo		
Saldo em 31/12/2024	**727**	**727**
Adições	-	-
Saldo em 31/12/2025	**727**	**727**
Adições	-	-
Saldo em 30/06/2026	**727**	**727**
Depreciação		
Saldo em 31/12/2024	**(208)**	**(208)**
Depreciações	(145)	(145)
Saldo em 31/12/2025	**(353)**	**(353)**
Depreciações	(73)	(73)
Saldo em 30/06/2026	**(426)**	**(426)**
Valor residual		
Saldo em 31/12/2024	519	519
Saldo em 31/12/2025	374	374
Saldo em 30/06/2026	**301**	**301**

9. Ativo intangível

O ativo intangível da instituição é composto pelo registro da marca da Instituição e seus softwares. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não devem ser amortizados. A Financeira testa a perda de valor desses ativos comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil, de acordo com orientação CPC 04 Item 107.

	Marcas e Registros	Softwares em Desenvolvimento	Total
Custo			
Saldo em 31/12/2024	**66**	**1.199**	**1.265**
Adições	-	755	755
Saldo em 31/12/2025	**66**	**1.954**	**2.020**
Adições	-	274	274
Saldo em 30/06/2026	**66**	**2.228**	**2.294**
Amortização			
Saldo em 31/12/2024	**-**	**(94)**	**(94)**
Amortização	-	(319)	(319)
Saldo em 31/12/2025	**-**	**(413)**	**(413)**
Amortização	-	(211)	(211)
Saldo em 30/06/2026	**-**	**(624)**	**(624)**
Valor residual			
Saldo em 31/12/2024	66	1.105	1.171
Saldo em 31/12/2025	66	1.541	1.607
Saldo em 30/06/2026	**66**	**1.604**	**1.670**

10. Direito de uso em arrendamentos

Os contratos reconhecidos na data base, têm por objeto a utilização dos sistemas utilizados na administração e gerenciamento das suas rotinas operacionais.

A composição e movimentação dos ativos de direito de uso durante o período de 2026, estão abaixo apresentadas:

	Direito de uso arrendamentos
Em 31 de dezembro de 2024	**274**
Adições de contratos e remensurações do direito de uso	424
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(415)
Em 31 de dezembro de 2025	**283**
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(212)
Em 30 de junho de 2026	**71**

A movimentação dos passivos de arrendamentos durante período 2026 estão abaixo apresentadas:

	Passivo de arrendamento
Em 31 de dezembro de 2024	**269**
Adições de contratos e remensuração do passivo de arrendamento	424
Realização do AVP sobre passivo de arrendamentos	24
(-) Pagamentos	(441)
Em 31 de dezembro de 2025	**276**
Realização do AVP sobre passivo de arrendamentos	19
(-) Pagamentos	(228)
Em 30 de junho de 2026	**67**
Circulante	**67**
Não circulante	**-**

11. Depósitos

Os ativos captados consistem em títulos pré-fixados, com taxas já identificadas no momento do investimento, que variam de 11% a 14% ao ano e taxas pós-fixadas atreladas ao indicador CDI, com remuneração entre 81% e 150%. Os vencimentos ocorrem entre julho de 2026 e maio de 2027.

11.1 Depósitos a prazo

			A vencer			30/06/2026	
	Vencimentos	Taxa média	em até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	Total	%
Letras do agronegócio	jul/26 a jun/27	12,63% a.a.	51.102	220.530	-	271.632	99%
CDB	ago/26 a set/26	14,88% a.a.	3.537	-	-	3.537	1%
Depósitos a prazo			**54.639**	**220.530**	**-**	**275.169**	**100%**

Circulante	**275.169**
Não circulante	**-**

			A vencer			31/12/2025	
	Vencimentos	Taxa média	em até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	Total	%
Letras do agronegócio	fev/26 a jun/27	13,32% a.a.	5.052	382.228	1	387.281	99%
CDB	mar/26	15,26% a.a.	5.640	-	-	5.640	1%
Depósitos a prazo			**10.692**	**382.228**	**1**	**392.921**	**100%**

Circulante	**392.920**
Não circulante	**1**

11.2 Depósitos interfinanceiros

			A vencer			30/06/2026	
	Vencimentos	**Taxa média**	**em até 3 meses**	**de 3 a 12 meses**	**de 1 a 3 anos**	**Total**	**%**
CDI	jul/26 a ago/26	14,97% a.a.	66.322	-	-	66.322	72%
DIR - Vinculados ao Crédito Rural	abr/27 a mai/27	10,50% a.a.	-	25.331	-	25.331	28%
Depósitos a prazo			**66.322**	**25.331**	**-**	**91.653**	**100%**

Circulante	**91.653**
Não circulante	**-**

11.3 Movimentação registrada para os depósitos

	2026	**2025**
Em 1º de janeiro	**392.921**	**174.858**
Captações no mercado	314.736	589.767
Apropriação de juros	25.833	35.274
Resgates do período	(366.945)	(406.592)
Despesas de captação a apropriar	277	(386)
Saldo Final	**366.822**	**392.921**

12. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da instituição consistem em operações de *swap* destinadas à proteção contra variações cambiais das suas posições ativas.

	30/06/2026	**31/12/2025**
Ativo	**1.306**	**-**
Operações de Swap	1.306	-
Passivo	**-**	**608**
Operações de Swap	-	608

13. Outros passivos

O montante de R$ 5.083 no período atual representa, principalmente, as obrigações oriundas dos serviços utilizados na manutenção das atividades da Instituição, tais como os salários e demais encargos referentes a folha de pagamento, os tributos incidentes sobre as operações, fornecedores diversos.

	30/06/2026	31/12/2025
IRPJ a recolher	1.223	1.005
CSLL a recolher	840	665
PIS e COFINS	445	401
Outros Impostos	93	49
Obrigações fiscais	**2.601**	**2.120**
Salários a pagar	450	400
Tributos sobre salários a pagar	331	245
Provisão de férias a pagar	398	276
Provisão de 13º salários a pagar	136	-
Programa de participação nos resultados	-	1.242
Obrigações sociais e trabalhistas	**1.315**	**2.163**
Fornecedores diversos	296	223
Outros passivos	871	-
Outros passivos	**1.167**	**223**
Outros passivos	**5.083**	**4.506**

Em conformidade com acordos coletivos de trabalho e os programas de incentivos e benefícios aprovados e firmados com as categorias de seus colaboradores, a Financeira, tem um programa de participação nos resultados, extensivo a todos os seus profissionais.

O valor a ser distribuído a título de participação nos resultados é calculado com base em metas financeiras e operacionais.

14. Partes relacionadas

A Financeira possui obrigações junto a parte relacionada Tentos Promotora de Vendas Ltda., Tentos Corretora de Seguros Ltda. e Três Tentos Agroindustrial S.A., que atuam como um correspondente bancária da TentosCap, intermediando as operações de crédito.

	Balanço patrimonial			
Distribuídos nas seguintes rubricas	**30/06/2026**		**31/12/2025**	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Partes relacionadas	73	19.801	294	11.034
Créditos pessoal consignado*	-	-	73	-
Cédula de produtor rural	491	-	440	-
Total	**564**	**19.801**	**807**	**11.034**

(*) A Tentoscap possuía operações de Crédito Pessoal Consignado junto a funcionários da Três Tentos Agroindustrial S.A. (Controladora Indireta), no montante de R$ 73 (setenta e três mil) em 31 de dezembro de 2025.

	Balanço patrimonial			
Distribuídos nas seguintes partes relacionadas	**30/06/2026**		**31/12/2025**	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Tentos Promotora de Vendas LTDA.	-	9.795	-	5.478
Três Tentos Agroindustrial S.A.	-	10.006	73	5.556
Tentos Corretora de Seguros LTDA.	73	-	-	-
Partes pessoas físicas	491	-	734	-
Total	**564**	**19.801**	**807**	**11.034**

	Demonstração do resultado			
Distribuídos nas seguintes rubricas	**30/06/2026**		**30/06/2025**	
	Receitas	**Despesas**	**Receitas**	**Despesas**
Correspondentes bancários (NE 16)	-	9.106	-	8.246
Despesas gerais	-	-	-	-
Rendas operações de crédito	47	-	38	-
Total	**47**	**9.106**	**38**	**8.246**

	Demonstração do resultado			
Distribuídos nas seguintes partes relacionadas	**30/06/2026**		**30/06/2025**	
	Receitas	**Despesas**	**Receitas**	**Despesas**
Tentos Promotora de Vendas LTDA. (NE 16)	-	4.553	-	4.123
Três Tentos Agroindustrial S.A. (NE 16)	-	4.553	-	4.123
Partes pessoas físicas	47	-	38	-
Total	**47**	**9.106**	**38**	**8.246**

15. Patrimônio líquido

Capital Social

Capital Social: o capital social subscrito e parcialmente integralizado é de 84.000 (oitenta e quatro milhões de reais), sendo 81.000 (oitenta e um milhões de reais) integralizados até a presente data e 3.000 (três milhões de reais) a serem integralizados até 30 de dezembro de 2026, divididos em 84.000.000 (oitenta e quatro milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de fevereiro de 2026, foi aprovado o aumento de capital social da Financeira no montante de R$ 3.000 (três milhões de reais), mediante a emissão 3.000.000 (três milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas mediante capitalização de reserva de lucros na mesma data. O referido aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 12 de fevereiro de 2026.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de março de 2026, foi aprovado o aumento de capital social da Financeira no montante de R$ 6.000 (seis milhões de reais), mediante a emissão de 6.000.000 (seis milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente subscritas e parcialmente integralizadas, sendo 3.000 (três milhões) integralizados em moeda corrente nacional na mesma data e 3.000 (três milhões) a serem integralizados até 30 de dezembro de 2026. O referido aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 02 de abril de 2026.

Reserva de lucros

Reserva legal: está constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76 Sociedade por Ações e o Estatuto Social da Financeira. Em 30 de junho de 2026 a reserva legal corresponde a R$ 149 (cento e quarenta e nove mil reais).

Dividendos: conforme estatuto social da Instituição, o dividendo mínimo obrigatório será de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado.

Reserva de Lucros: Compostos pelo saldo de lucros acumulados dos períodos anteriores, devidamente constituída em Assembleia Geral Ordinária, mais o resultado líquido do exercício, após as destinações obrigatórias e os dividendos propostos pela administração.

16. Outras receitas (despesas) por função e natureza

Demonstrativo das despesas e receitas por função e natureza:

	30/06/2026	30/06/2025
Por função	**(14.627)**	**(12.660)**
Receita de prestação de serviços	3.304	747
Despesas administrativas	(11.539)	(10.134)
Despesas com pessoal	(3.557)	(2.169)
Despesas tributárias	(2.319)	(772)
Outras receitas (despesas) operacionais	(516)	(332)
Por natureza	**(14.627)**	**(12.660)**
Correspondentes bancários (NE 14)	(9.106)	(8.246)
Despesas com pessoal	(3.439)	(2.016)
Despesas tributárias	(2.319)	(772)
Serviços de terceiros	(886)	(621)
Licenças e consultas ao sistema financeiro	(576)	(348)
Manutenção de software	(463)	(481)
Outras despesas administrativas	(328)	(33)
Amortização direito de uso	(212)	(206)
Amortização intangível	(211)	(139)
Custas de cartórios	(119)	(145)
Despesas com marketing	(93)	(192)
Depreciação de veículos	(73)	(72)
Programa de participação nos resultados	(57)	(139)
Aluguéis e locações	(50)	-
Despesas com viagens	(61)	(14)
Receita com confecção de cadastro	3.220	540
Outras receitas (despesas) operacionais	146	224

17. Demonstração do cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro.

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**7.092**	**(1.292)**
Adições	7.148	2.070
(Exclusões)	(4.492)	(839)
Base de Cálculo	**9.748**	**(61)**
IRPJ à alíquota de 15%	(1.462)	-
IRPJ à alíquota de 10% sobre adicional	(963)	-
CSLL à alíquota de 17,5%*	(1.567)	-
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	**(3.992)**	**-**

(*) A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente, à alíquota de 15% até março de 2026. A partir de 1º de abril de 2026, em decorrência de alteração legislativa, a alíquota passou a ser de 17,5%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 refere-se a:

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão para perdas com operações de crédito	4.332	3.057
Outras diferenças temporárias	1	-
Créditos transição Lei 14.467	95	101
Total dos ativos fiscais diferido	**4.428**	**3.158**
Imposto de Renda	**2.619**	**1.985**
Contribuição Social	**1.809**	**1.173**

A movimentação do ativo fiscal diferido está representada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2024	**821**
Reversão através de diferenças temporárias	(258)
Constituição através de diferenças temporárias	2.595
Em 31 de dezembro de 2025	**3.158**
Reversão através de diferenças temporárias	(3.063)
Constituição através de diferenças temporárias	4.333
Em 30 de junho de 2026	**4.428**

18. GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura de gerenciamento de riscos da TentosCap atende às exigências regulatórias e é compatível com seu porte e apetite ao risco, conforme disposto abaixo.

Risco de crédito

Em linha com a definição utilizada pelo Banco Central do Brasil, define-se risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras pela contraparte, nos termos pactuados, bem como eventual desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, redução de ganhos ou remunerações, vantagens concedidas na renegociação ou custos de recuperação.
Para tanto, a TentosCap desenvolveu e aplica métodos criteriosos de análise do risco de crédito compatíveis com a natureza das operações, complexidade dos produtos e dimensão da exposição ao risco de crédito da Instituição.

Risco de liquidez

Define-se risco de liquidez, nos termos da Resolução CMN nº 4.557/17, como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A TentosCap monitora e gerencia seu risco de liquidez por meio de projeções de fluxo de caixa para os diferentes horizontes de tempo e da gestão de Ativos e Passivos (ALM). Adicionalmente, conforme estabelecido em sua Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, a Instituição mantém um colchão mínimo de liquidez, composto por recursos de elevada liquidez e disponibilidade imediata.

Risco operacional

Os riscos operacionais podem ser definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo fraudes, ações judiciais e concretização de riscos legais.

A TentosCap possui diferentes níveis de controles internos que monitoram todas as atividades geradoras de riscos. São feitas avaliações periódicas com o objetivo de identificar novos riscos inerentes aos processos, bem como verificar a eficácia dos controles em uso. Com base nos resultados dessas avaliações periódicas, planos de ação são definidos para mitigar os riscos identificados, gerando novos controles ou melhorando os já existentes.

Riscos sociais, ambientais e climáticos

Em conformidade com a Resolução 4.557/17, define-se:

a) **Risco Social:** "possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum."

b) **Risco Climático**: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, ou a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo.
c) **Risco Ambiental**: "possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais."

Tais riscos associados às instituições financeiras, por sua vez, são, em sua maioria, indiretos, reflexo das relações de negócios estabelecidas com clientes responsáveis por danos socioambientais. Para mitigar esse risco, todas as operações de crédito passam por análise criteriosa de indícios, que mitigam sua probabilidade de materialização.

Risco de segurança cibernética
A possibilidade de ocorrência de incidente de segurança relacionado ao ambiente cibernético que cause danos ou coloque em risco a confidencialidade, a integridade ou a disponibilidade dos dados da TentosCap ou por ela controlados está devidamente monitorada e controlada. A instituição adota diversos mecanismos de controle, dispostos em sua Política de Segurança Cibernética, que mitigam satisfatoriamente o risco.

Gestão de capital
A estrutura de gerenciamento de capital da TentosCap utiliza mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido, avaliação da necessidade de capital e otimização do uso do capital e a antecipação das necessidades futuras de aumento de capital para sustentar os objetivos estratégicos.

Em 3 de novembro de 2025, foi publicada a Resolução Conjunta nº 14, que dispõe sobre a metodologia de apuração dos limites mínimos de capital social integralizado e de patrimônio líquido das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Instituição atende aos limites mínimos estabelecidos pela regulamentação vigente, mantendo níveis de capital compatíveis com os requisitos regulatórios aplicáveis.

Risco de mercado
Define-se como risco de mercado, nos termos da Resolução 4.557/17, como a "possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição." É mensurado, ainda, a partir do cálculo do Risco de mercado da carteira de negociação e da mensuração do IRRBB.

O risco de mercado da carteira de negociação consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos ali classificados. Este risco, portanto, associa-se a potenciais prejuízos decorrentes de fatores como variação das taxas de

juros, variação cambial, variação de índices econômicos e variação de preços de mercadorias, tais como comodities.

A carteira de negociação é formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou destinados a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade.

O IRRBB, por sua vez, é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. É calculado por abordagem padronizada, levando em consideração um cenário de choque nas taxas de juros.

As medidas de mitigação do risco de mercado, atendendo ao grau de exposição da instituição, têm como base a diversificação dos produtos das carteiras ativa e passiva, bem como o estabelecimento de spreads mínimos pretendidos para cada produto, considerando as taxas de juros cobradas nas concessões de crédito e as taxas juros praticadas na captação de recursos, objetivando manter o equilíbrio na relação entre risco e retorno.

Limite operacional (Basileia)
A Instituição optou pela metodologia disposta na Resolução 4.958/21 para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência, consistente no somatório de três itens: Capital Principal, Capital Complementar e Capital de Nível II. Em 30 de junho de 2026 o Patrimônio de Referência da financeira era de R$ 81.521 (oitenta e um milhões quinhentos e vinte e um mil reais). Ela encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basiléia da TentosCap em 30 de junho de 2026 estava em 20,38% (19,96% em 31 de dezembro de 2025).

19. Implementação da Resolução 4966/2021

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros conforme critérios relativos a modelos de negócios, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problema de crédito.

Impacto no Patrimônio Líquido Resolução CMN nº 4.966/2021

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025 foram estudados pela instituição tendo os seus impactos refletidos a partir da entrada de sua vigência. A implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 resultou em um acréscimo aproximado de 1,2% no patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Patrimônio líquido	**50.638**
Ajuste implementação da resolução CMN nº 4.966	595
Patrimônio líquido ajustado	**51.233**
Impacto % no patrimônio líquido	1,2%

Em decorrência da adoção da metodologia simplificada de perdas esperadas houve um incremento da provisão de aproximadamente R$ 595 (quinhentos e noventa e cinco mil reais).

Os ajustes identificados são baseados nas melhores estimativas na data do relatório e os ajustes identificados serão reconhecidos em lucros ou prejuízos acumulados na data da transição, afetando diretamente o patrimônio líquido da Financeira.

20. Contratos de seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Financeira contratou a Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais.

A Financeira contrata apólices de seguros com cobertura sobre sua frota de veículos. As coberturas totais somavam R$ 11.665 (onze milhões seiscentos e sessenta e cinco mil reais) e abrangem: Colisões, incêndios, roubos, furtos, acidentes pessoais por passageiros, damos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, danos morais e estéticos a terceiros, danos aos vidros, retrovisores, lanternas e faróis. A Financeira também mantém apólices de seguro para cobertura de riscos cibernéticos, com limite máximo de indenização de R$ 5.000 (cinco milhões de reais).